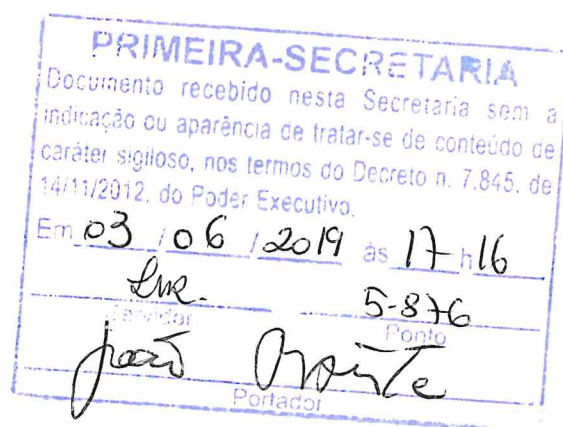


OFÍCIO Nº 162/2019/CC/PR

Brasília, 31 de maio de 2019.

A Sua Excelência a Senhora
Deputada Soraya Santos
Primeira Secretária
Câmara dos Deputados – Edifício Principal
70160-900 Brasília/DF


Assunto: Requerimento de Informação.



Senhora Primeira Secretária,

Em atenção ao Ofício 1ªSec/RI/E/nº 515/19, de 22 de maio de 2019, referente ao do Requerimento de Informação nº 502, de 2019, de autoria do Senhor Deputado José Guimarães, encaminho a essa Secretaria cópia da Nota nº 73/2019, 28 de maio de 2019, da Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República, a qual informa que os quesitos do referido requerimento são alheios à competência desta Casa Civil.

Atenciosamente,


ONYX LORENZONI
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

Ofício 1ªSec/RI/E/nº 515 /19

Brasília, 22 de maio de 2019.

A Sua Excelência o Senhor

ONYX LORENZONI

Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República

Assunto: **Requerimento de Informação**

Senhor Ministro,

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, encaminho a Vossa Excelência cópia(s) do(s) seguinte(s) Requerimento(s) de Informação:

PROPOSIÇÃO	AUTOR
Requerimento de Informação nº 502/2019	José Guimarães
Requerimento de Informação nº 506/2019	Áurea Carolina

Por oportuno, solicito, na eventualidade de a informação requerida ser de natureza sigilosa, seja enviada também cópia da decisão de classificação proferida pela autoridade competente, ou termo equivalente, contendo todos os elementos elencados no art. 28 da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), ou, caso se trate de outras hipóteses legais de sigilo, seja mencionado expressamente o dispositivo legal que fundamenta o sigilo. Em qualquer caso, solicito ainda que os documentos sigilosos estejam acondicionados em invólucro lacrado e rubricado, com indicação ostensiva do grau ou espécie de sigilo.

Atenciosamente,


Deputada **SORAYA SANTOS**
Primeira-Secretária

- **NOTA:** os Requerimentos de Informação, quando de autorias diferentes, devem ser respondidos separadamente.

/LMR



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº 502, DE 2019
(Do Sr. JOSÉ GUIMARÃES)

Requer o envio de pedido de informações por escrito dirigido ao Sr. Ministro-Chefe da Casa Civil, Onix Lorenzoni, para envio dos esclarecimentos que especifica.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Ex^a., com base no art. 50 da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro-Chefe da Casa Civil, Onix Lorenzoni, no sentido de prestar à Câmara dos Deputados os seguintes esclarecimentos:

a) identificação de sociedades de economia mista, empresas públicas e respectivas subsidiárias cujo controle o atual governo pretende transferir para a iniciativa privada, com a especificação do cronograma relacionado às operações exigidas para esta finalidade;

b) valor previsto para concretização de cada uma das operações referidas no item a supra e a destinação que se pretende atribuir aos recursos arrecadados.

JUSTIFICAÇÃO

Em entrevista recentemente concedida a um veículo de comunicações, o Ministro da Economia, Sr. Paulo Guedes, proferiu a seguinte frase: "tem empresas que vão ser privatizadas que vocês nem suspeitam ainda". É evidente que uma afirmação desta natureza causa justificada espécie, pois de forma nenhuma, por meio da declaração anteriormente citada, o Ministro escolheu



RIC 502/2019

Requerimento de Informação

Identificação da Proposição

Autor

José Guimarães - PT/CE

Apresentação

06/05/2019

Ementa

Requer o envio de pedido de informações por escrito dirigido ao Sr. Ministro-Chefe da Casa Civil, Onix Lorenzoni, para envio dos esclarecimentos que especifica.

Informações de Tramitação

Forma de apreciação

Regime de tramitação

Despacho atual:

Data	Despacho
20/05/2019	Aprovação pelo Presidente, Dep. Rodrigo Maia, "ad referendum" da Mesa, do parecer do senhor Deputado Marcos Pereira, Primeiro Vice-Presidente, pelo encaminhamento.

Última Ação Legislativa

Data	Ação
20/05/2019	Primeira Secretaria (1SECM) Recebimento pela 1SECM.

Documentos Anexos e Referenciados

Avulsos	Legislação Citada	Mensagens, Ofícios e Requerimentos (0)
Destaques (0)	Histórico de Pareceres, Substitutivos e Votos (1)	Relatório de conferência de assinaturas
Emendas (0)	Recursos (0)	
Histórico de despachos (1)	Redação Final	

Tramitação

Data ▼	Andamento
06/05/2019	PLENÁRIO (PLEN) <ul style="list-style-type: none">• Apresentação do Requerimento de Informação n. 502/2019, pelo Deputado José Guimarães (PT-CE), que: "Requer o envio de pedido de informações por escrito dirigido ao Sr. Ministro-Chefe da Casa Civil, Onix Lorenzoni, para envio dos esclarecimentos que especifica".
08/05/2019	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) <ul style="list-style-type: none">• Designado Relator, Dep. Marcos Pereira (PRB-SP)
16/05/2019	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) <ul style="list-style-type: none">• Apresentação do Parecer do Relator n. 1 MESA, pelo Deputado Marcos Pereira (PRB-SP).• Parecer do Relator, Dep. Marcos Pereira (PRB-SP), pela aprovação.
20/05/2019	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) <ul style="list-style-type: none">• Aprovação pelo Presidente, Dep. Rodrigo Maia, "ad referendum" da Mesa, do parecer do senhor Deputado Marcos Pereira, Primeiro Vice-Presidente, pelo encaminhamento.
20/05/2019	PLENÁRIO (PLEN) <ul style="list-style-type: none">• Publicação inicial no DCD do dia 21/05/2019



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

Nota SAJ nº 73 / 2019 / SAAINST/SAJ/CC/PR

Interessado: Câmara dos Deputados

Ref.: Requerimento de Informações nº 502, de 2019 (Sr. Deputado José Guimarães)

Assunto: Solicita ao Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República informações acerca da identificação de sociedades de economia mista, empresas públicas e respectivas subsidiárias que o governo pretende transferir para a iniciativa privada

Processo : 00001.003100/2019-04

Senhor Subchefe,

I. RELATÓRIO

1. Trata-se do Requerimento de Informação nº 502, de 2019, de autoria do Deputado José Guimarães, encaminhado a esta Casa Civil da Presidência da República, por intermédio do Ofício 1ªSec/RI/E/nº 515/19, de 22 de maio de 2019. O citado Requerimento de Informação, recebido nesta Casa Civil em 24 de maio de 2019, foi encaminhado a esta Subchefia para Assuntos Jurídicos para ciência e eventuais providências.

2. Em resumo, o Deputado Federal indaga as seguintes informações ao Ministro-Chefe da Casa Civil:

- a) identificação de sociedades de economia mista, empresas públicas e respectivas subsidiárias cujo controle o atual governo pretende transferir para a iniciativa privada, com a especificação do cronograma relacionado às operações exigidas para esta finalidade;
- b) valor previsto para concretização de cada uma das operações referidas no item *a* supra e a destinação que se pretende atribuir aos recursos arrecadados.

3. É sucintamente o relatório.

II. ANÁLISE

4. De acordo com a Constituição Federal, compete aos Ministros de Estado exercer a orientação, coordenação e supervisão dos órgãos e entidades da administração federal na área de sua competência (art. 87, parágrafo único, inciso I). Os Ministros de Estado, ademais, podem ser convocados, pelas Comissões do Congresso Nacional, para *prestar informações sobre assuntos inerentes a suas atribuições* (art. 58, § 2º, inciso III). No mesmo sentido, o art. 50, § 2º, destaca que as Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informações aos Ministros de Estado.

5. Dito isso, o artigo 50 da Constituição Federal e os artigos 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ao regulamentarem o Requerimento de Informação a Ministro de Estado, estabelecem que:

Constituição Federal

Art. 50. A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer de suas Comissões, poderão convocar Ministro de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificativa adequada.

(...)

§ 2º - As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informações a Ministros de Estado ou a qualquer das pessoas referidas no caput deste artigo, importando em crime de responsabilidade a recusa, ou o não - atendimento, no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas.

Regimento Interno da Câmara dos Deputados

Art. 115. Serão escritos e despachados no prazo de cinco sessões, pelo Presidente, ouvida a Mesa, e publicados com a respectiva decisão no Diário da Câmara dos Deputados, os requerimentos que solicitem:

I - informação a Ministro de Estado;

Art. 116. Os pedidos escritos de informação a Ministro de Estado, importando crime de responsabilidade a recusa ou o não-atendimento no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas, serão encaminhados pelo Primeiro-Secretário da Câmara, observadas as seguintes regras:

I - apresentado requerimento de informação, se esta chegar espontaneamente à Câmara ou já tiver sido prestada em resposta a pedido anterior, dela será entregue cópia ao Deputado interessado, caso não tenha sido publicada no Diário da Câmara dos Deputados, considerando-se, em consequência, prejudicada a proposição;

II - os requerimentos de informação **somente poderão referir-se a ato ou fato, na área de competência do Ministério**, incluídos os órgãos ou entidades da administração pública indireta sob sua supervisão:

a) relacionado com matéria legislativa em trâmite, ou qualquer assunto submetido à apreciação do Congresso Nacional, de suas Casas ou Comissões;

b) sujeito à fiscalização e ao controle do Congresso Nacional, de suas Casas ou Comissões;

c) pertinente às atribuições do Congresso Nacional;

III - não cabem, em requerimento de informação, providências a tomar, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósitos da autoridade a que se dirige; (destaque nosso)

6. Por outro lado, de acordo com a Medida Provisória 870, de 2019 e com o Decreto 9.678, de 2019, *competem à Casa Civil assistir direta e imediatamente o Presidente da República no desempenho de suas atribuições*, especialmente:

a) na coordenação e na integração das ações governamentais;

b) na verificação prévia da constitucionalidade e da legalidade dos atos presidenciais;

c) na análise do mérito, da oportunidade e da compatibilidade das propostas, inclusive das matérias em tramitação no Congresso Nacional, com as diretrizes governamentais;

d) na avaliação e no monitoramento da ação governamental e da gestão dos órgãos e das entidades da administração pública federal;

e) na coordenação política do Governo federal; e

f) na condução do relacionamento do Governo federal com o Congresso Nacional e com os partidos políticos; e

II - publicar e preservar os atos oficiais.

7. De fato, os Ministros de Estado, por integrarem o Poder Executivo, estão sujeitos à fiscalização e controle do Parlamento. Note-se, contudo, que **as informações que devam prestar são**

aquelas ínsitas às suas atribuições, ou seja, que integram o âmbito de suas competências, conforme se infere das regras constitucionais e regimentais antes colacionadas.

8. Com efeito, conforme se infere do Requerimento de Informação 502, de 2019, o Deputado Federal José Guimarães pretende que o Ministro-Chefe da Casa Civil preste informações acerca da identificação de sociedades de economia mista, empresas públicas e respectivas subsidiárias que o governo pretende transferir para a iniciativa privada, fugindo do escopo legal, atribuições e competências atribuídas por lei ao órgão e ao seu Ministro-chefe.

9. De fato considerando o arcabouço legislativo que abarca do tema e o princípio da estrita legalidade, tem-se que a Casa Civil da Presidência da República não detém a competência para determinar quais entidades públicas virão a ser privatizadas, cabendo tal decisão às pastas ministeriais a que estejam vinculadas tais entidades, não sendo possível, portanto, responder às indagações do ilustre Parlamentar.

III. CONCLUSÃO

10. Ante o exposto, considerando o que dispõem a MP 870/2019 e o Decreto de nº 9.678/2019, conclui-se pela incompetência material desta Casa Civil para o fornecimento das informações demandadas.

11. Sendo esta a manifestação jurídica com relação às indagações encaminhadas por meio do Requerimento de Informação nº 502, de 2019, sugere-se que, uma vez aprovada, seja remetida pelo Ministro-Chefe da Casa Civil em resposta à solicitação do Parlamentar.

Brasília, 28 de maio de 2019

BETINA GÜNTHER SILVA
Coordenadora-Geral
Subchefia para Assuntos Jurídicos
Casa Civil da Presidência da República

De Acordo.

ERICK BIILL VIDIGAL
Subchefe-Adjunto
Subchefia para Assuntos Jurídicos
Casa Civil da Presidência da República

Aprovo. Encaminhe-se para a Secretaria-Executiva desta Casa Civil.

JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO
Subchefe
Subchefia para Assuntos Jurídicos
Casa Civil da Presidência da República



Documento assinado eletronicamente por **Betina Gunther Silva**, Coordenadora-Geral, em 28/05/2019, às 17:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Documento assinado eletronicamente por **Erick Biill Vidigal**, Subchefe Adjunto(a), em 29/05/2019,



às 15:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Antonio de Oliveira Francisco, Subchefe**, em 30/05/2019, às 16:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **1238282** e o código CRC **65FE3A5F** no site:

https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0